

Compatibilização de Senado, Câmara e Constituinte divide peemedebistas

Da Sucursal de Brasília

Além da oposição do PFL, a direção do PMDB está enfrentando uma divisão dentro do próprio partido na questão do funcionamento simultâneo do Congresso constituinte, do Senado e da Câmara dos Deputados. O vice-líder do PMDB no Senado Fábio Lucena (AM), 46, disse ontem que o Senado deve ter sessões "até diariamente", ainda que em horários distintos das sessões do Congresso constituinte. Segundo ele, a maioria dos 45 senadores do PMDB defende essa posição.



Cardoso pode ser indicado líder da maioria

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) poderá ser indicado, na próxima semana, líder da maioria no Senado. A afirmação foi feita ontem em Brasília, por telefone, pelo senador Fábio Lucena (PMDB-AM), vice-líder no Senado. Segundo Lucena, já há "consenso" dentro da bancada de 45 senadores do PMDB de que Cardoso deve ser eleito para o posto de líder da maioria.

Isso implicaria que Cardoso teria que falar em nome do PMDB e do PFL, os dois partidos que integram a Aliança Democrática e sustentam o governo federal. Ontem, entretanto, o vice-líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse não ter sido informado dessa articulação em torno de Cardoso. Procurados ontem por telefone, nem o líder do PFL no

Senado, Carlos Chiarelli (RS), nem Cardoso foram encontrados até as 16h.

A eleição de Cardoso para líder da maioria —ele já é o líder de seu partido no Senado— significaria uma reação do PMDB à atuação do líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Indicado por Sarney, Sant'Anna é, na prática, um articulador dos interesses do governo no Congresso constituinte.

Se for confirmada a indicação de Cardoso, haverá o seguinte quadro de lideranças formais dentro do PMDB: Cardoso, líder da maioria no Senado e líder do PMDB no Senado; Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara; Carlos Sant'Anna, líder da maioria na Câmara.

O funcionamento simultâneo do Senado e do Congresso constituinte, entretanto, tem oposição do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, do líder do partido na Câmara, Luiz Henrique (SC), e dos deputados ligados ao grupo "Pró-Soberania", integrado pela esquerda peemedebista. Todos defendem prioridade absoluta para as atividades do Congresso constituinte. Para eles, o funcionamento simultâneo do Senado e da Câmara teria o objetivo de "esvaziar" a Constituinte.

Essa questão abrirá mais uma frente de batalha na votação do

regimento do Congresso constituinte, previsto para o dia 10. Pelo substitutivo de regimento do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), em seu artigo 82, o Senado e a Câmara só poderão ser convocados "extraordinariamente" e para apreciar apenas "matérias urgentes". Apesar do apoio de Ulysses a esse artigo, o senador Fábio Lucena disse ontem que ele deverá ser modificado

no início da próxima semana, antes da votação do regimento.

A posição dos senadores, favorável ao funcionamento quase regular do Senado, foi objeto de entendimento entre as lideranças dos partidos, na semana passada. Estiveram nessa reunião o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Jarbas

Passarinho (PDS-PA), Maurício Corrêa (PDT-DF) e Fábio Lucena (PMDB-AM). Nesta reunião, eles decidiram convocar uma sessão regular do Senado para o dia 9 e preparar uma proposta de alteração do regimento da Casa para compatibilizá-lo com o da constituinte.

Segundo o senador Marcondes Gadelha, apenas uma de três propostas do deputado Ulysses Guimarães foi aceita pelos senadores e será incorporada ao regimento do Senado. Os senadores comprometeram-se a não apresentar novos projetos de lei, apreciando apenas os que estão pendentes e os que vierem do Executivo. Eles rejeitaram a proposta de Ulysses de que o Senado só funcionasse em caráter extraordinário.

Marcondes Gadelha disse que ficou acertado que o Senado teria de duas a três sessões por semana. Ou "até diariamente", como disse Fábio Lucena, ontem. Procurado por telefone, ontem, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) disse que, em sua opinião, apenas uma sessão por semana bastaria e que isto não afetaria os trabalhos do Congresso constituinte. A outra proposta de Ulysses, rejeitada, foi a de que as atuais dezesseis comissões do Senado fossem reduzidas a uma só, de 24 membros. Lucena disse que todas as comissões devem funcionar. Citou os 124 decretos-leis ainda pendentes de apreciação pelo Senado ou a aprovação de dezesseis embaixadores.

Senadores vão recorrer ao STF, afirma Gadelha

O senador Marcondes Gadelha, 43, vice-líder do PFL, afirmou ontem que, caso o Congresso constituinte decida que as duas Casas do Legislativo funcionarão apenas extraordinariamente este ano, o Senado irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, se isso vier a acontecer, o Supremo dará ganho de causa ao Senado, sob a interpretação de que o Congresso constituinte não pode mexer na atual Constituição, mas apenas fazer a próxima.

Gadelha disse ser "inaceitável" para os senadores o não funciona-

mento do Senado. "Não se fecha o Senado através do regimento interno da Constituinte", protesta. Para ele, o Congresso constituinte é soberano apenas para fazer a nova Constituição e não para mexer na atual, que prevê o funcionamento normal da Câmara e do Senado.

O senador peemedebista Fábio Lucena (AM), acha que não seria necessário o Senado recorrer ao STF. Ele também afirma que o funcionamento normal da Câmara e Senado está contido na atual Constituição que, para ele, é inviolável.

O vice-líder do PDT na Câmara, deputado Amaury Muller, considera um "direito" do senador Marcondes Gadelha recorrer ao STF caso sejam suspensos os trabalhos normais do Legislativo. "Agora, o que ele não pode é navegar contra os ventos da história e, em defesa de uma suposta legalidade, partir para o absurdo", afirma. Segundo Muller, não basta compatibilizar os horários para funcionamento da Câmara e Senado, paralelamente ao Congresso constituinte. O problema é maior e passa pela compatibilização do funciona-

mento das comissões do Congresso constituinte com as comissões técnicas do Legislativo. "E o pessoal, de onde viria?", pergunta.

Partindo de outro raciocínio, Amaury Muller acha que o Senado quer "dar prova de virilidade". Ele afirma que uma pesquisa já revelou que um grande número de deputados considera o Senado um poder que pode ser extinto. Portanto, segundo ele, os senadores estão tentando "se impor para provar que trabalham. E isso não ajuda em nada", afirma.

Sant'Anna quer manter quórum de dois terços no Congresso

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, definiu, antes de embarcar ontem para Salvador, sua próxima missão no Congresso constituinte. Tentará demover o coordenador da bancada paulista do PMDB na Câmara, deputado Roberto Rollemberg, 57, de sua proposta de alteração do quórum do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para aprovação de emendas constitucionais dos atuais dois terços para maioria absoluta (50% mais um), passando a funcionar com o mesmo quórum que o Congresso constituinte.

A razão disso é simples. Se o governo permitir a modificação, a batalha pela soberania do Congresso constituinte será retomada. Afinal, com maioria absoluta (305 dos 559 parlamentares) no Congresso Nacional, o PMDB, aliado aos partidos de esquerda, terá condições de alterar a Constituição em vigor, inclusive o o mandato presidencial.

Na Base Aérea de Brasília, anteontem, no momento em que o presidente José Sarney se despedia do presidente da Guatemala, Venicio Cerezo, Sant'Anna havia sido evasivo. "Vou procurar o Rollemberg, pois só tomei conhecimento de sua proposta pela notícia publicada na Folha", disse o líder (no domingo, durante a sessão solene de instalação do Congresso Nacional, Rollemberg afirmou à Folha que reunirá os 28 deputados da bancada paulista do PMDB na próxima segunda-feira à tarde para debater o tema). "Mas



Carlos Sant'Anna, líder do governo

sua intenção é desestimulá-lo?", indagou um repórter. "Temos de conversar. Senão todo o avanço conseguido em negociações pode ir por água abaixo", respondeu Sant'Anna.

Rollemberg disse no domingo que a idéia de alterar o quórum surgiu "diante da insinceridade de alguns políticos que publicamente defendem o Legislativo, mas nas discussões de gabinete acabam enfraquecendo-o". O coordenador da bancada paulista afirmou que há parlamentares em "posição duvidosa" quanto à questão da soberania. "Quero ver, também, se os rebeldes do PDS que permaneceram em plenário quando o PFL se retirou estão dispostos a ir até o fim".

Funcionamento simultâneo das Casas ainda é polêmica jurídica

A polêmica sobre o funcionamento do Senado e da Câmara simultâneo ao do Congresso constituinte traz de volta o mesmo impasse que vem polarizando os debates da Constituinte desde sua instalação a 1º de fevereiro: qual é, afinal, a extensão do seu poder?

Para a maioria dos senadores, não cabe à Constituinte definir como funcionarão a Câmara e o Senado —o artigo 82 do regimento elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso diz que as duas Casas só devem se reunir extraordinariamente, e por isso está sendo atacada pelo PFL e pelos senadores. Afirmando que sua função limita-se à de fazer a nova Constituição. Já a posição defendida pela direção do PMDB —e apoiada pela maioria dos deputados do partido— é de que a Constituinte deve fixar normas para "compatibilizar" seu funcionamento com o das duas Casas legislativas.

Ouvido ontem pela Folha, o jurista Leitão de Abreu, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal e ministro-chefe do Gabinete Civil durante o governo Figueiredo, disse que o Congresso constituinte deve apenas elaborar a próxima Constituição. Segundo ele, a atual Constituinte "é singular": ao contrário de outras ocorridas no país, esta não foi convocada porque houve ruptura no sistema constituído. Cita exemplos: "Em 1891 havia sido extinta a Constituição Imperial; em 1934, havia sido extinta a Constituição que estabeleceu a República; em 1946,



O jurista Leitão de Abreu

tinha sido revogada a Constituição outorgada em 1937 por Getúlio Vargas. No caso atual, foi convocada pelo poder vigente. O Congresso Nacional foi mantido. Ele é que pode mudar a Constituição".

Para o senador Fábio Lucena (PMDB), 46, especialista em Direito constitucional, a Constituinte tem seus limites estabelecidos pela emenda que a convocou: "É uma exceção. O Congresso Nacional é a regra constituída", afirmou ele. O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, não concorda com a tese do senador. Disse que a Constituinte está acima dos poderes constituídos. Mas acha que ela deve auto-limitar-se. (João Domingos)

Militares podem selecionar mais seis oficiais para assessoria parlamentar

Da Sucursal de Brasília

Os quatro ministérios militares —Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas— contam hoje com catorze assessores no Congresso, que exercem a função de acompanhar atentamente os discursos e as propostas dos parlamentares. Este número, entretanto, poderá chegar a vinte oficiais militares.

A presença dos assessores que defendem os interesses das Forças Armadas no Congresso faz parte de uma ação combinada dos ministros militares que, a partir da "Nova República", melhoraram em número e qualidade suas equipes. Preocupados em levar aos parlamentares uma imagem dos militares diferente da que tiveram nos últimos vinte anos, os ministros têm demonstrado, ao escolher seus assessores, uma mesma cautela: selecionar oficiais com

facilidade para o diálogo e que sejam discretos mas atuantes.

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, para se manter atualizado, despacha duas vezes por dia com os assessores parlamentares. Qualquer crítica ao Exército tem sido prontamente respondida. Os demais ministros militares orientam seus auxiliares da mesma forma e, hoje, dentro do Congresso, os militares são considerados os mais eficientes lobistas.

Há duas semanas, por exemplo, os ministros militares acolheram com satisfação a repercussão negativa do projeto apresentado pelo deputado Lysnéas Maciel (PDT-RJ), que impedia aos dirigentes de instituições e unidades das Forças Armadas, inclusive aos ministros, a manifestação pública sobre matérias do Congresso constituinte.

Interferência do Executivo impede soberania da Constituinte, diz bispo

Da Reportagem Local

O bispo de Bauru, d. Cândido Padin, 72, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse ontem, por telefone, às 13h30, em Bauru (337 km a noroeste de São Paulo), que o acordo entre o PMDB e o PFL, em torno do regimento definitivo do Congresso constituinte, "foi promovido pela interferência do Poder Executivo e impedirá a afirmação da plena soberania da Constituinte, revelando a verdadeira intenção de convocação de um Congresso constituinte e não de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva". D. Cândido afirmou que "o que se desejava é o que está acontecendo", ou seja, "o controle do Congresso constituinte pelo Poder Executivo, através de deputados e senadores cuja carreira política depende da satisfação dos interesses políticos de sua clientela eleitoral".

Jurista e membro da Ordem dos Beneditinos, d. Cândido comentou, também, a notícia da Folha de ontem

de que o PMDB e o PFL planejam dividir os cargos na direção das oito comissões encarregadas de preparar o projeto da nova Constituição. Para o bispo, "a natureza de uma Assembléia Constituinte não pode permitir que ela atenda aos interesses de grupos partidários, devendo preocupar-se apenas com os mais altos interesses da nação e permitindo que os setores mais significativos da sociedade possam, também, colaborar para fazer a nova Constituição".

"Autolimitação"

Em Vitória da Conquista (552 km ao sul de Salvador-BA), o bispo local, d. Celso José Pinto, 54, do Departamento de Leigos do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), disse ontem, às 11h, por telefone, temer que "a autolimitação constituinte, representada pelo acordo entre PMDB e PFL sobre o regimento, aumente, diminuindo cada vez mais a soberania do Congresso".

D. Celso afirmou que não espera que o Congresso constituinte "caminhe para promover transformações substanciais na realidade brasileira".